

RESUMO - MULTIDISCIPLINAR

PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO: ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPI-MIRIM E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA UM ESTUDO DE CASO

Fernando Carrilho Da Silva (carrilhofernando@outlook.com)

Julianne Alvim Milward De Azevedo (profa.juliannemilward.ufrrj@gmail.com)

O Manguezal, ecossistema costeiro, apresenta florestas que sequestram grandes quantidades de carbono da atmosfera, anunciando-se como aliado na luta contra as mudanças climáticas. A Área de Proteção Ambiental (APA) Guapi-Mirim e a Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara estão localizadas no Mosaico Central da Mata Atlântica Fluminense, parte ocidental da Baía de Guanabara (BG) – Rio de Janeiro/RJ, abrangendo parte dos municípios de Guapimirim, Itaboraí, Magé e São Gonçalo, e tem por objetivo proteger os manguezais situados nesses territórios. As Unidades de Conservação (UCs) em questão são fundamentais para a defesa da BG. A APA Guapi-Mirim é a primeira UC Federal com o intuito de proteger manguezais no Brasil. O uso público nesses espaços pode funcionar como estratégia de proteção ambiental, a partir da sensibilização dos visitantes. Além do mais, traz benefícios sociais, econômicos, individuais e ambientais. O objetivo principal da pesquisa foi aplicar as ferramentas de planejamento do uso público, como o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC) e o Índice de Atratividade Turística (IAT) e contribuir para o planejamento, ordenamento e entendimento da visitação nas UCs. Em complementariedade, utilizou-se o sensoriamento remoto para compreender as mudanças do uso e ocupação do

solo, aplicando a classificação supervisionada, a partir do aplicativo denominado Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas (SPRING) versão 5.2.7. Para aplicar a história oral, coletou-se, a partir de aparelho eletrônico, depoimentos orais, de atores locais. Essa técnica potencializou o entendimento das complexidades relacionadas a memórias e identidades dos lugares estudados. A partir da aplicação do ROVUC identificou-se a necessidade de diversificação da visitação nas unidades, isso porque acontecem predominantemente por meio aquático. Na APA de Guapi-Mirim foram caracterizadas duas áreas de visitação dentro da Zona de Proteção da Vida Silvestre e Zona de Proteção da Vida Marinha, e identificadas quanto sua alteração antrópica, respectivamente como seminatural (alto grau de intervenção) e natural (baixo grau de intervenção). Na ESEC da Guanabara a visitação ocorre unicamente na Zona de Proteção da Vida Marinha, sendo proibido o desembarque, e classificada como natural. A ferramenta do IAT classificou a APA de Guapi-Mirim e a ESEC da Guanabara como extensivas, portanto evidencia-se uma mistura de características naturais e culturais. O método de classificação supervisionada detectou a diminuição expressiva da classe mata (26,9%), seguida do aumento das áreas urbanizadas (10,9%) e de espaços destinados a agropecuária (19,7%). Por fim, a História Oral constatou impactos ambientais negativos relacionados a pesca industrial, poluição e derramamento de óleo. No entanto, os pescadores revelaram uma relação de afeto, cultural e geracional com a BG, ressaltando a necessidade do resgate histórico no estuário. Dessa maneira, entende-se que a aplicação das ferramentas de planejamento do uso público funcionam como pontapé para a revisão/criação de documentos técnicos e implementação de políticas públicas capazes de direcionar investimentos para o planejamento turístico nas UCs. Além do mais, a colaboração entre Poder Público e sociedade civil se faz fundamental para a conservação do manguezal, das populações tradicionais, das histórias e das culturas associadas.

Palavras-chave: ordenamento; visitação; unidades de conservação; manguezal; baía de guanabara.